

# Uma Crítica à Razão Neoliberal

Selvino José Assmann\*

O pensador italiano Antonio Gramsci costumava dizer que crise “é quando o velho morreu e o novo não consegue nascer”. Acredito que ninguém nega a existência de uma crise hoje em dia. Temos dificuldade em determinar o que morreu: se se trata apenas de uma crise como outras, ou de uma crise diferente, mais profunda, mais radical, que alguns chamam de “crise da modernidade”. Outros preferem denominar de “crise do Ocidente”, alegando que está morrendo algo que foi inaugurado com o pensamento filosófico ateniense e com a helenização do cristianismo. Aliás, foi mais ou menos esta a questão posta recentemente por João Paulo II, ao convidar algumas dezenas de intelectuais, cristãos e não, para que discutissem em Castel Gandolfo, durante alguns dias, o tipo de crise em ato.

## O QUE ESTÁ EM CRISE?

É bastante aceito caracterizar a crise atual como experiência de um “horror econômico”, para lembrar o título do livro de Viviane Forrester (1997). As relações econômicas, passando de nacionais a planetárias, sem fronteiras, transnacionais, deixam de fora um número cada vez maior de pessoas. Se antes se reclamava, cá e lá, da exploração do trabalhador, hoje milhões de pessoas, mesmo em países centrais, pedem a esmola de serem pelo menos ainda explorados. Como diz Forrester: “O conceito de trabalho, que era o fundamento de nossa civilização ocidental, caducou e milhões de seres humanos já não servem sequer para ser explorados”. Serão preguiçosos todos os pobres? Milhões de pessoas “têm direito apenas à miséria ou à sua ameaça mais ou menos próxima, direito à perda de toda consideração social e até mesmo de toda autoconsideração”. Pior que o desemprego, é o sofrimento por ele gerado, porque hoje anuncia uma situação que não é provisória, ocasional, mas pode ser permanente. Só quem trabalha, merece viver. E se eu não consigo trabalhar? Não mereço viver?! Cabe-me, neste caso, aceitar o destino: eu sou um incapaz, sem sorte, predestinado à pobreza. Pior ainda: eu sou o responsável pela minha situação! O sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, fala de um novo fascismo: fascismo do apartheid social (dividindo a cidade e o campo

em zonas civilizadas e selvagens), fascismo paraestatal (quem é fraco tem que aceitar por parte do Estado o que ele decidir) e, por fim, fascismo social, que é o da insegurança: quanto maior é a concentração de renda, tanto menor é a exigência de democracia.

O debate sobre a crise em ato tem muitos interlocutores e diversificadas explicações. Sem entrar aqui em detalhes, que envolvem, por exemplo, teorias econômicas, políticas, éticas e religiosas (como não ver na intensificação das manifestações religiosas um sinal da vontade de superar uma crise em ato?), podemos ler a situação atual como paradoxal.

Todos sabemos que a história ocidental é marcada pelo desejo e pela convicção de que os problemas humanos serão solucionados no dia em que a (mesma) verdade for universalizada e for posta em prática. Isso está presente em Platão que, por primeiro, estabeleceu a radical distinção entre conhecimento/verdade (*episteme*) e opinião (*doxa*). O mundo humano perfeito será aquele em que todos os seres humanos, teórica e praticamente, confessarem a mesma verdade, a mesma ética, a mesma política. Era a idéia da razão única e universal, de um mundo único. Assim, se todos se basearem na *physis* (período antigo), em *Deus* (período medieval) ou no *homem* (período moderno), tudo estará resolvido. Portanto, como ocidentais, sempre sonhamos com a universalização da mesma verdade, com um mundo único, “católico”.

No entanto, eis o paradoxo: quando parece que chegamos bem perto desta universalização, pelo menos sob o aspecto econômico, ficamos apavorados, perplexos. Percebemos que a globalização em ato nos une, ao mesmo

tempo em que nos separa, excluindo a muitos, a um número cada vez maior de seres humanos, cujos direitos fundamentais são, ao mesmo tempo, cada vez mais difundidos e defendidos formalmente. Poderíamos dizer

“Como ocidentais, sempre sonhamos com a universalização da mesma verdade, com um mundo único, ‘católico’”

que a realização de um desejo milenar, em vez de trazer a solução dos nossos conflitos e injustiças, em vez de trazer a "salvação", nos traz o inferno. Além disso - é talvez o mais trágico na crise vivida atualmente - diz-se que não há outra saída senão entrar no único jogo válido, mesmo que se reconheça que nem todos podem dele participar. Parece tratar-se de uma situação em que se desautoriza qualquer esperança de que todos, de fato, possam um dia participar, com alguma dignidade, do banquete da vida humana.

Dando maior visibilidade ao drama vivido, basta lembrar alguns dados do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - 1996). Os 20% mais ricos da humanidade dispõem hoje de 85% de todos os bens, enquanto os 20% mais pobres devem satisfazer-se com apenas 1,4% dos bens. Enquanto se alardeiam crescimentos econômicos em vários cantos do mundo, de 1980 a 1993, um bilhão de pessoas viu diminuídas suas posses; mais de um bilhão de pessoas, entre as 2,5 bilhões de mão-de-obra disponível, está desempregado; dois bilhões de seres humanos têm renda inferior a dois dólares ao dia. Entre 1960 e 1995, a riqueza mundial sextuplicou, e a renda por habitante, média, diminuiu três vezes. Se ainda precisássemos de mais dados, poderíamos lembrar o fato de se ter tornado normal admirarmos pessoas como Bill Gates, com um patrimônio pessoal de 80 bilhões de dólares, ou jogadores profissionais de basquete norte-americano que ganham em um ano o que ganharia um professor de segundo grau, norte-americano, não brasileiro, em mais de cem anos; ou louvamos a competência dos ricos, sobretudo dos 358, que - segundo a ONU - sozinhos possuem mais do que 45% da humanidade junta, ou seja, mais do que os 2,3 bilhões de seres humanos mais pobres juntos...

Talvez pior do que a própria situação, é o fato de a considerarmos normal, de que não pode ser diferente, de que não adianta reclamar; de que tudo isso é resultado do cumprimento da sagrada lei do mercado, que é uma lei inviolável, natural, determinada por uma "mão invisível", conforme dizia Adam Smith. É o que um professor de Louvain denominou de "novos mandamentos": *"Há vinte anos, impõem-se progressivamente a toda a humanidade novas tábuas da lei: uma aliança foi assinada. Na civilização cristã, a 'antiga aliança' era um pacto entre Deus e o homem, fundado sobre o amor entre Deus (criador e pai) e o homem, a sua criatura, o filho, e do amor entre os próprios seres humanos(...). Neste contexto, o homem... podia pecar... (e) o Pai... podia perdoar. As tábuas da lei de hoje consagram, por sua vez, a aliança entre o mercado (e a tecnologia) e toda a humanidade. O mercado é o grande regulador da vida econômica, o guia dos homens e das sociedades, que nesta altura a ele se devem adequar. Dizem-nos que é preciso 'ter fé nos mecanismos de mercado', cujo motor principal é o preço... Neste contexto, a liberdade que o mercado*

*oferece ao homem é a de submeter-se. Se não o fizer, ou seja, se comete pecado, não será perdoado, mas simplesmente eliminado do mercado de trabalho..."* (PETRELLA, Ricardo, *Le Monde Diplomatique*, out. 1995).

## O QUE É POSSÍVEL FAZER?

Nesta situação, a de um "pensamento único", em que vigem os princípios da competitividade, da flexibilização, da privatização e do Estado mínimo, não é exagero falar-se de uma "máquina infernal" (Bourdieu) que tende a anular toda busca de alternativa, toda esperança de maior igualdade entre os seres humanos, toda formulação de projetos coletivos. Estão aí os sindicatos que, no máximo, ainda conseguem lutar para manter o emprego de alguns, e nada podem fazer pelos desempregados. Se devemos ser competitivos, obviamente somos tanto mais humanos quanto mais derrotamos os outros, e o mais competitivo é quem consegue, literalmente, matar o outro. Se devemos ser competitivos, por que assumir a postura "ingênua" de ser solidário, de *"amar o próximo como a si mesmo"*? O que importa é ser individualista; aliás, para sobreviver, somos obrigados a ser egoístas, a pensar só em nós mesmos. Por outro lado, como é que se defende tão acirradamente a competitividade se ela, por sua vez, diminui a olhos vistos, à medida que o número de empresas se torna cada vez menor - hoje cerca de duzentas empresas multinacionais detêm um quarto da atividade econômica mundial, empregando apenas 0,75% da mão-de-obra planetária? Onde temos um exemplo sequer de que a busca da "qualidade total" constitua um aumento de emprego no mundo? Se devemos flexibilizar, por que ter pruridos de consciência em diminuir os salários e excluir direitos humanos adquiridos em luta? Se vale apenas o que é privado, por que temer em vender barato o patrimônio público, por que impedir que, em nome da competência e da liberdade de opinião, os meios de comunicação, que são mais educadores do que as escolas, se tornem monopólio de poucas pessoas e de poucas idéias? Se devemos ter um Estado mínimo, que tenha como modelo a empresa rentável, qual o problema em eliminar a verba para a educação, para a saúde, para a segurança, para quem quiser trabalhar? Tudo isso tornou-se normal nos regimes "globalitários", conforme os denomina Ramonet, referindo-se ao fato de que se vive um totalitarismo globalizado.

Repitamos a pergunta: é esta a universalidade que procuramos e que nos satisfaz? Parece que não. Até mesmo os governantes dos "grandes" países começam a falar de solidariedade como saída, ou de se buscar uma "terceira via", para além do capitalismo vigente e do modelo soviético já destruído. Em todo caso, a globalização tem a ver com o neoliberalismo, formulado, a partir de 1943, pelo economista austríaco Frie-

drich von Hayek, e posto em prática desde o governo Thatcher na Inglaterra, Kohl, na Alemanha, governo Pinochet, no Chile, e assim por diante. Hayek já dizia que, para se manter o capitalismo meritocrático, era necessário excluir direitos políticos (como o do voto aos analfabetos e dos pobres ignorantes), diminuir os direitos das mulheres, eliminar direitos dos trabalhadores. Caso contrário, não se pode cumprir corretamente a lei da oferta e da procura. Quem não a cumpre, é incompetente, atrasado, conservador, corporativo, ressentido, "neobobo", "vagabundo" etc. Interessante é que também se dizia que a inflação deveria ser derrotada para criar maior justiça social, maior produtividade e maior número de empregos...

Do ponto de vista político, todos estamos cientes da crise dos Estados. Há uma insatisfação generalizada e crescente sobre a incapacidade dos governos na solução dos problemas. Apregoam-se reformas e mais reformas, sem, contudo, haver sinal de que estas estejam proporcionando uma saída para a crise instalada, e sim, de que apenas favorecem maior concentração de renda e maior desemprego em todos os países. Também aqui podemos lembrar as obras dos neoliberais, como Hayek e Milton Friedman: os governos do Welfare State (da social-democracia) devem ser eliminados porque atrapalham o progresso, a concorrência, a qualidade total. Ao mesmo tempo, urge corroer o poder excessivo dos sindicatos dos trabalhadores, diminuir os salários, ao mesmo tempo em que se deve melhorar a capacidade profissional dos empregados. Conforme diz Hayek, é a desigualdade que gera a igualdade e o desenvolvimento; a igualdade o impede. Fukuyama, que anunciou solenemente, com Ronald Reagan, outro convicto neoliberal, o fim da história, repetia que o mercado é o único caminho para se alcançar a igualdade entre os seres humanos. Ainda sob o ponto de vista político, vale lembrar o que diz o relatório "The United States", publicado em 1975 por intelectuais norte-americanos: "Nossa análise sugere que aplicar a cura (de mais democracia), no momento atual, poderá muito bem ser o mesmo que jogar gasolina nas chamas. Em compensação, alguns dos problemas de governabilidade nos EE. UU. de hoje se originam de um excesso de democracia... Requer-se, pelo contrário, um maior grau de moderação na democracia" (apud BORÓN, Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina, S. Paulo, Paz e Terra, 1994, p. 113). Portanto, pôr em dúvida a democracia, um dos orgulhos da civilização moderna capitalista, mostra-se como solução, e de modo algum é problema. Por outro lado, ninguém pode deixar de contribuir para a promoção da cidadania para um número cada vez maior de pessoas. Contudo, o que é o bom cidadão mais do que o bom consumidor? O que são muitas vezes os direitos do cidadão senão direitos do consumidor? Mais do que isso é proibido, o que se observa na criminalização de algumas reivindicações populares por parte de governos. Mais do que isso é

privilégio, é irracionalidade.

Muitos outros aspectos poderiam ser assinalados para se ter um quadro mais claro da situação, para se perceber o que de fato está em crise. O que parece óbvio é que se torna cada vez mais forte a necessidade de um repensamento de nossas grandes teorias e práticas até agora consagradas. Ao mesmo tempo, como já se configurou acima, tal repensamento e a formulação de novas práticas sociais se torna difícil. Um dos maiores cientistas políticos vivos, Norberto Bobbio, chegou a declarar recentemente: "Eu me acho completamente perdido. O importante seria que existisse no mundo alguém que não se achasse perdido e continuasse com a esperança de encontrar uma saída". Outro, o francês Lyotard, reforça-o: "O impressionante é que não vemos como pôr fim à dominação do capital. É preciso encontrar um modo de resistência que não seja pela via política moderna, tradicional, de formação de grandes partidos políticos contra o liberalismo, pois sabemos como isso acaba. .. É preciso achar um modo de resistência diferente".

Para nos apoiarmos em outra voz respeitável nos nossos dias, cabe lembrar o alemão Habermas: "O neoliberalismo nos acostuma, dia após dia, a uma situação mundial em que desigualdade e exclusão passam por fatos naturais" (J. HABERMAS, Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 09.08.98, p. 5).

Apesar disso, vale a pena insistir em que o enfrentamento da crise passa inevitavelmente pelo questionamento das raízes do pensamento ocidental. Não se trata, me parece, de questionar a idéia da universalidade, nem os avanços que, em certos aspectos, foram conquistados. Trata-se de questionar o tipo de universalidade construída até aqui, pois esta inevitavelmente exclui a muitos. Já não basta ruminar o fracasso de um modelo, numa posição sadomasoquista de contemplação da degradação alheia ou da própria degradação. Afinal de contas, solidariedade e preocupação com os outros, com o próximo, não pode ser sinônimo de pena nem de conformismo.

## O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE

Talvez valha a pena repetir o sonho moderno: de um mundo em que todos os seres humanos pudessem

---

**"Apregoam-se reformas e mais reformas, sem, contudo, haver sinal de que estas estejam proporcionando uma saída para a crise instalada"**

---

realizar os princípios da *liberdade*, da *igualdade* e da *fraternidade*. Sabemos que em nenhum lugar se chegou à igualdade a partir da liberdade, como queria o liberalismo desde o século XVIII, e como o quer fortemente o neoliberalismo hoje. Sabemos também que não há exemplo de país em que, a partir da igualdade, se chegou à liberdade, como era o sonho dos socialistas clássicos. Portanto, não há exemplo de sociedade em que igualdade e liberdade existam ao mesmo tempo.

Aqui podemos sugerir uma interpretação e um caminho: não será o terceiro princípio, ou seja, a *fraternidade*, a solidariedade, o único caminho para que o ideal dos revolucionários franceses possa se efetivar? Por mais utópico que possa parecer, a fraternidade exige hoje não apenas uma mudança na relação com os outros, substituindo a competição e o individualismo desesperado em vigor, superando a discriminação de gênero, de raça, de etnia, de classe social, de cultura, mas também se precisa investir na conversão da relação consigo mesmo: amar a si próprio não é um mal, mas uma exigência. Amar a si mesmo equivale a lutar para ser um cidadão participante, exigente diante do poder econômico e político existente, um cidadão democrático e capaz de unir forças dos fracos diante dos que individualmente são fortes. Além disso, parece-me que a fraternidade hoje exige uma outra relação do ser humano com a natureza física, questionando a absolutidade do direito à apropriação privada de bens que devem existir para todos, como o são a água, o ar, as plantas, os animais, a biodiversidade, e superando a absolutidade do valor da tecnologia, em nome da qual tudo o que é tecnicamente possível é ainda considerado automaticamente bom para os seres humanos. Sabe-se hoje, mais do que ontem, que a apropriação sem limites destes recursos naturais e o uso inescrupuloso de qualquer meio técnico, são fundamentos essenciais que justificam e causam a grande concentração de renda, além de trazer sérios riscos para a manutenção da vida biológica.

Aliás, é bom recordar que foi João Paulo II quem primeiro falou de um *novo direito humano fundamental*, o *direito à vida*, com todos os seus significados possíveis, direito que é uma síntese de todos os direitos e de todos os deveres mútuos. Contudo, analisando-o de um ponto de vista não teológico-cristão, importa observar também que, quando defendemos o princípio da fraternidade, e não o da competição a todo custo, há um sério problema teórico e prático: em nome da liberdade hu-

mana, a fraternidade não pode ser uma obrigação, mas deve ser uma escolha. E tal escolha só se dará se a liberdade deixar de ser entendida da maneira liberal, ou seja, daquela segundo a qual eu sou tanto mais livre quanto maior é a minha propriedade privada e quanto menor for a propriedade privada dos outros. Por outras palavras, se a liberdade passar a ser entendida como dever de cumprir o que se escolhe fazer, na convivência com a existência corporal e espiritual do outro.

Nesta perspectiva pode-se perceber que o drama atual nos põe problemas econômicos, políticos, éticos, culturais e epistemológicos. Qual é, por exemplo, a fundamentação possível, no campo do conhecimento, para qualquer teoria, científica ou não, da verdade? É possível fundar racionalmente uma ética, de validade universal, conforme pergunta Karl Otto Apel?

Se ficarmos no campo político, é imprescindível tomarmos em conta que a política atual, os partidos e sua representatividade, a organização estatal contemporânea, não bastam. Urge no mínimo que se rediscutam as relações entre Estado e sociedade civil, sem abrir mão da perspectiva democrática. A democracia não pode continuar reduzida ao mero direito de votar, pois desta forma continuaremos impossibilitando uma aproximação entre ética e política. Aliás, agrada-me a idéia de passar a considerar a democracia como um valor ético, como um fim, e não apenas como um meio. Além disso, se os problemas econômicos são inter- e transnacionais e não encontram solução no campo econômico, mas político, importa que se institua *instâncias supra-nacionais de decisão*. Por outras palavras, parece que se torna desejável e urgente uma re-significação da política. Mesmo no plano nacional e local, todo ódio à política como tal acaba se transformando em meio de conservação da política existente. E sobretudo, além de um repensamento das relações entre ética e política, importa que se tenha a coragem de discutir as relações entre ética e economia, repudiando-se a postura segundo a qual a economia é dimensão a-moral da vida humana. Parece que não podemos deixar de assumir a nossa responsabilidade civilizatória: o mundo que aí está, somos nós, seres humanos, que o construímos, com nossa racionalidade, com nossos desejos, teorias e práticas. Só nós, com nossas escolhas, com

nossa ação e reflexão, podemos modificá-lo, se não quisermos permanecer presos à lógica da exclusão vigente.

Quanta tragédia já foi causada em nome da verdade, da grande razão humana, em nome da justiça, da ciência, do bem da humanidade! Está cada vez - ou

---

*“Um novo direito humano fundamental, o direito a vida, com todos os seus significados possíveis, direito que é uma síntese de todos os direitos e de todos os deveres mútuos”*

---

deveria ser - mais insuportável vivermos como se apenas nos restasse o conformismo com a fome, a injustiça, o desemprego, a violência, com a "banalidade do mal" (Hannah Arendt). No mínimo, temos hoje, com o enfrentamento da crise - sinal dos tempos? - uma nova oportunidade para aprender, uma chance para criar um novo ser humano, que só será livre e igual se for mais solidário consigo, com os outros e com a vida biológica sobre a terra. Para isso, é não só conveniente, mas necessário, unir os esforços de teólogos, filósofos, cientistas de todas as especialidades, em constante diálogo com os cidadãos de todas as etnias e nações, tanto no plano local, nacional e/ou mundial. E se tudo

isso parece difícil, vale a pena lembrar, com Max Weber, que o "ser humano não teria atingido o possível, se não houvesse sempre tentado alcançar o impossível".

\* O Autor, Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Lateranense, de Roma, é Professor no Departamento de Filosofia do CFH, da UFSC

## PUBLICAÇÕES DOS NOSSOS PROFESSORES

De autoria do Pe. Márcio Bolda da Silva, nosso Professor de Teologia Moral, já doutorado nessa disciplina pela Academia Alfonsiana de Roma (1992), acaba de ser publicada, pela Editora da Universidade Gregoriana, em Roma, sua segunda Tese, desta vez sobre Filosofia:

*A Filosofia da Libertação  
a partir do contexto histórico-social da América Latina  
Editorice Pontificia Università Gregoriana  
Roma 1998*

Da contracapa da Tese, de 344 páginas, extraímos a seguinte síntese: "A operação de conjugar vinculativamente a tríplice base da expressão assertiva - *Filosofia da Libertação a partir do contexto histórico-social da América Latina* - estabelece a possibilidade de fundamentar e caracterizar um modo de fazer filosofia, que se edifica ancorado em um horizonte de compreensão já dado. Ou seja, a própria realidade situada é incorporada e articulada como ponto de partida da reflexão filosófica.

Dessa ligação intrínseca aflora um modo de filosofar estritamente coligado com a realidade situacional, vinculação essa imperiosa que lhe confere a prerrogativa de constituir-se substancialmente como "pensamento religado", um filosofar "em contexto". Por essa razão, podemos intuir que a Filosofia da Libertação, como um modo peculiar de filosofar, não se cogita sem o âmbito histórico-social situacional do qual é originário. Sem a inserção em seu horizonte de compreensão contextual, estaria privada de sua base fundante. É, por isso, necessário objetivas que o filosofar libertador como tal se postula a partir de uma determinação preliminar, a realidade latino-americana, que é o seu próprio objeto."

Quanto ao objetivo da Tese, assim se exprime o Autor, na Introdução (p. 9): "A nossa dissertação tem um objetivo bastante preciso. Do início ao fim do nosso estudo, o que se percebe claro e explícito é o escopo de perseguir o elo que mantém em relação íntima e em vinculação inseparável os três termos nucleares do próprio enunciado. Não obstante a distinção peculiar a cada termo e a problemática inerente ao campo de significação de cada um em particular, deve-se reconhecer que, colocados em posição de contiguidade, os três termos formam uma unidade temática indivisível.

A interação dessa unidade se acha escorada em uma base que comporta um tripé de fundamentos entre si justapostos. O que supõe que, dentro desta articulação justaposta, a *base crítico-analítica* (a problemática da Libertação) só pode ser pensada e postulada em conexão sintônica com a *base contextual* (a situação histórico-social), que, por sua vez, está assentada na *base fundante*, a própria realidade concreta da América latina.

Assim se desdobra a nossa dissertação....."

Pe. Márcio, além de lecionar Teologia Moral no ITESC, leciona Filosofia no Instituto João Paulo II, em Florianópolis, e na FEBE, Fundação Educacional de Brusque. São de sua autoria, publicados por Paulus Editora, os seguintes livros: *Metafísica e Assombro*, *Sentido ético de práxis comunitária*, e *Rosto e Alteridade*.